

DIRETRIZES EDITORIAIS

Revista de Direito Universidad de Concepción

ISSN 0303-9986 (versão impressa)

ISSN 0718-591X (versão on-line)

I.- ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

A *Revista de Direito Universidad de Concepción* é uma revista de estudos de direito geral publicada desde 1933 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Concepción, Chile. Seu objetivo é difundir análises e discussões críticas sobre temas de todos os ramos do Direito. A Direção, para manter a heterogeneidade temática da Revista, poderá excluir determinados temas da chamada de cada número.

Publica semestralmente artigos de pesquisa, comentários de jurisprudência, pesquisas de juristas e revisões bibliográficas, originais e inéditos, em espanhol e inglês, avaliados com base em critérios de qualidade previamente estabelecidos, conforme modalidade a seguir especificada.

Esta Revista estabelece o acesso gratuito aos recursos, resultados e publicações incluídos na sua plataforma online.

Mais informações em nosso site, seção [“Sobre a Revista”](#).

II.- DIRETRIZES ÉTICAS E POLÍTICAS SOBRE PLÁGIO

A *Revista de Direito Universidad de Concepción* subscreve as diretrizes propostas pelo *Comité de Ética em Publicações* (COPE), em seu Código de Conduta e Diretrizes de Melhores Práticas para Editores de Revistas (<http://publicationethics.org/>), que estabelece principalmente deveres e responsabilidades de editores, autores e avaliadores, princípios de integridade ético-acadêmica, transparência das fontes de financiamento, discrição e confidencialidade dos dados dos informantes e liberdade de expressão. Os escritos selecionados para avaliação serão submetidos ao detector de plágio *Compilatio*. Trabalhos que não atendam aos padrões mínimos de originalidade serão rejeitados.

Mais informações sobre a conduta ética do autor em nosso site, seção [“Normas Éticas”](#). Conheça também nossas políticas sobre proibição de plágio acadêmico na seção [“Políticas de plágio”](#).

III.- DEBERES DE INFORMACIÓN DEL AUTOR

O autor deverá informar se seu trabalho foi exibido em seminários ou conferências da especialidade e se há atas dessas atividades publicadas impressas ou online. Excepcionalmente, serão publicados extratos de trabalhos de teses de pós-graduação, desde que não sejam publicados em bases de dados de bibliotecas ou plataformas de programas de pós-graduação.

As traduções serão consideradas trabalhos inéditos, somente quando for a primeira versão em espanhol e tiver autorização da revista, editora ou site onde foi publicada em outro idioma.

As violações destas regras, detectadas pela Revista ou pelos revisores, poderão implicar, antes do direito de liberação do autor, a rejeição do trabalho, e a adoção de outras medidas que a Direção da Revista considere necessárias.

Declaração de conflitos de interesse. Autores, revisores e editores deverão declarar – por e-mail à direção da Revista – qualquer possível conflito de interesses que possa pôr em causa a confiança do público nos processos de revisão, seleção e publicação dos trabalhos da Revista de Direito Universidad de Concepción. Entende-se por conflito de interesses a situação em que uma relação (familiar, rivalidade acadêmica, financeira ou outra) ameaça a transparência e a imparcialidade dos julgamentos e procedimentos.

Ao submeter seu trabalho, cada autor declara que o mesmo é estritamente inédito e que não está sob avaliação em nenhuma outra revista.

IV.- DIREITOS INTELECTUAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO

Os autores mantêm a propriedade intelectual de seus trabalhos submetidos à nossa publicação. A sua submissão a esta Revista implica autorização, por parte de cada autor que a subscreva, para a sua publicação e divulgação por qualquer meio que considere adequado, bem como a sua inclusão em catálogos, bibliotecas, servidores ou sites virtuais.

Afirma-se que as opiniões expressas na Revista refletem a posição de cada autor que as emite, e não necessariamente representam a instituição editora.

V.- PREPARAÇÃO DOS ESCRITOS

Será responsabilidade de cada autor adequar seu trabalho a essas normas editoriais. A discordância entre o trabalho apresentado e estas normas será motivo suficiente para devolver o trabalho com as observações pertinentes, devendo o seu autor corrigi-las no prazo indicado pela Produção Editorial. Sem prejuízo do acima exposto, a Produção Editorial terá competência para realizar os ajustes necessários à edição final do trabalho.

Cumprindo os padrões internacionais, em cada edição da Revista o percentual de autores locais, ou seja, pertencentes à Universidad de Concepción, não ultrapassará em nenhum caso 20% do total. Da mesma forma, o percentual de árbitros locais que participam da avaliação dos trabalhos não ultrapassará 20%.

A publicação possui as seguintes seções permanentes:

- Artigos de pesquisa (comprimento máximo de 12.000 palavras)
- Comentários de Jurisprudência (comprimento máximo de 4.000 palavras)
- Resenhas Bibliográficas (comprimento máximo de 3.000 palavras)

– Juristas (comprimento máximo de 10.000 palavras)

A seção “Juristas” corresponde a uma categoria de obras dedicadas a destacar a vida e obra de importantes juristas nacionais e internacionais.

O número máximo de palavras estabelecido considera todo o texto, incluindo título, resumo, notas de rodapé e bibliografia. Excepcionalmente, será admitida extensão maior por motivos justificados, qualificados a critério da Diretoria da Revista.

Os escritos deverão ser enviados em espanhol ou inglês, em arquivo digital em formato Word, tamanho carta, fonte Times New Roman, tamanho de caracteres 12, espaçamento simples, texto justificado e margens de 3 cm. em todos os sentidos. Palavras ou frases literais devem ser colocadas entre aspas em inglês. O itálico só será utilizado para palavras em língua estrangeira e excepcionalmente quando o autor quiser destacar ou enfatizar uma palavra ou frase curta.

As seguintes características devem ser consideradas para a apresentação do trabalho:

- i. Capa: título em espanhol e inglês, nome do autor. No rodapé: filiação institucional, cidade e país, título e/ou titulação acadêmica do autor, e-mail, identificador ORCID e fonte de financiamento da pesquisa, se houver, que deve ser assinalada com asterisco (*).
- ii. Resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (6 palavras ou frases), em espanhol e inglês (Resumo e Palavras-chave).
- iii. Desenvolvimento. Dentro do texto, os títulos e subtítulos devem seguir uma ordem hierárquica.
- iv. Tabelas, tabelas ou gráficos não podem ultrapassar o tamanho de uma página e devem utilizar fonte tamanho 10.
- v. Bibliografia, incluindo os regulamentos e jurisprudência citados, se houver.
- vi. Quando o nome de um autor for mencionado no texto do artigo, serão utilizadas letras minúsculas no seu sobrenome. Por exemplo: Elinor OSTROM, ou OSTROM.

No caso dos Comentários de Jurisprudência, além de atender ao acima exposto, deve ser estruturado de forma a incluir duas seções, a saber: a Doutrina, composta por um parágrafo descritivo das ideias principais da frase ou sentenças comentadas, e a Comentário., onde o autor desenvolverá o tema, reproduzindo a frase apenas no que for pertinente.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

A *Revista de Direito Universidad de Concepción* seguirá a **Norma Chilena 1143.Of1999 (ISO 690)** em seu trabalho, com as modificações expressas abaixo. Consequentemente, as citações ou referências dos trabalhos citados devem seguir as seguintes instruções:

1.- As referências bibliográficas e notas ao texto deverão ser feitas no final de cada página, seguindo ordem numérica, em fonte Times New Roman, tamanho de caracteres 10, espaçamento simples e texto justificado.

- 2.- O número de referência deve vir após os elementos de pontuação.
- 3.- Todos os sobrenomes devem estar em versalete. A citação será utilizada utilizando um único sobrenome para cada autor. Excepcionalmente, quando houver autores com o mesmo sobrenome citados na obra, ambos serão utilizados para diferenciá-los.
- 4.- A forma como a referência é construída variará dependendo do tipo de publicação em questão de acordo com as seguintes regras:

i.- Livro:

SOBRENOME e nome do autor, *título do livro*, editora, local de publicação, ano de publicação da edição utilizada, número e tipo de edição se for o caso, volume se for o caso e número(s) de página(s) citada(s).

Exemplos:

- Com um autor: RAMOS, René, *Direito de Família*, Editorial Jurídica de Chile, Santiago, 2007, 6ª ed. atualizada, T.I, p. 157.
- Com dois ou mais autores: HALABI, Fuad; SAFFIRIO, Carlos, *A demanda pela precario perante a doutrina e a jurisprudência*, Editorial Jurídica ConoSur, Santiago, 1996, 117 p.
- Com dois ou mais autores com sobrenomes idênticos: DOMÍNGUEZ BENAVENTE, Ramón; DOMÍNGUEZ ÁGUILA, Ramón, *Direito sucessório*, Editorial Jurídica de Chile, Santiago, 2011, 3ª ed. atualizada, T.2, p. 901.

ii.- Tese:

SOBRENOME e nome do autor, "título da tese", tipo de tese, Universidade, local, indicar se é publicada ou não, ano, número da(s) página(s) citada(s). Exemplo:

- CORTEZ, Gonzalo, "A proteção cautelar no processo civil chileno. Estudo comparativo com a nova organização do Direito Espanhol", Tese de Doutorado em Direito, Universidade de Valência, Espanha, inédito, 2003, p. 90.

iii.- Artigo ou trabalho em obra coletiva:

SOBRENOME e nome do autor, "nome do artigo ou obra", em: SOBRENOME e inicial do nome de seus editores (eds.) ou coordenadores (coords.), *nome da obra coletiva*, editora, local de publicação, ano de publicação, da edição utilizado, número e tipo de edição se for o caso, volume se for o caso, número da(s) página(s) citada(s).

Exemplo:

- DOMÍNGUEZ, Ramón, "Atrasos e obrigações ilíquidas", en: DOMÍNGUEZ C.; GONZÁLEZ, J.; BARRIENTOS, M; GOLDENBERG, J. (Eds.), *Estudos de Direito Civil VIII*, Legal Publishing Thomson Reuters, Santiago, 2012, p. 283.

iv.- Artigo de revista:

SOBRENOME e nome do autor, "nome do artigo", *nome da revista*, ano de publicação, volume e/ou número da revista, número da(s) página(s) citada(s).

Exemplo:

- PEÑAILILLO, Daniel, “Algunas reformas à resolução por incumprimento”, *Revista de Direito Universidad de Concepción*, 2012, N° 231-232, p.13.

v.- Referências bibliográficas para citações posteriores da mesma obra:

Caso seja feita referência a uma obra já citada anteriormente, será indicado o SOBRENOME do seu autor, seguido da palavra “cit.” e, entre parênteses, será acrescentado o número da citação em que o trabalho aparece pela primeira vez, com a abreviatura “n.”, por fim será indicado o número da(s) página(s) citada(s)..

Exemplo:

- DIEZ, cit. (n. 5), p. 55.

vi.- Citações ou referências de legislação:

Devem indicar o número da norma e o ano de sua publicação. As regras devem estar em letras maiúsculas (ex.: Lei, Decreto, Regulamento, etc.). Caso a norma seja estrangeira, o país de origem deverá ser indicado ao final, entre parênteses.

Exemplos:

- Lei N° 19.947, 2004.
- Lei N° 12.965, 2014. (Brasil).

vii.- Citações ou referências jurisprudenciais:

Devem indicar o Tribunal ou Órgão (País de origem se a jurisprudência for estrangeira), Data da decisão ou parecer, Identificador (Diário, Papel do caso ou base de dados).

Exemplos:

- Suprema Corte, 23 de setembro de 1997, R.D.J., T. 94, sec. 1 pág. 85.
- Supremo Tribunal Federal, 30 de junho de 2009, Função n° 2.665-09.
- Suprema Corte, 10 de setembro de 2013, www.legalpublishing.cl, N° CL/JUR/2008/2013.
- Controladoria-Geral da República, 3 de maio de 2019, Parecer n° 2.361.
- Superior Tribunal de Justiça (Brasil), 11 de abril de 2012, Recurso Especial 12.5916-RJ (2012/0257814-0).

viii.- Fontes eletrônicas:

Deverá indicar o SOBRENOME e nome do autor, “nome do artigo ou obra”, o ano de publicação indicado na fonte, o URL completo e a data da consulta.

Exemplo:

- VERGARA, Alejandro, “A necessidade de autoridades legítimas independentes”, 2016, <http://alejandroversgarablanca.blogspot.com/2016/07/la-necesidad-de-autoridades.html>, consultado: 10 de dezembro de 2017.

Lista bibliográfica

A lista bibliográfica final deverá incluir apenas as referências efetivamente citadas no texto. Cada registro deve ser elaborado utilizando os mesmos critérios com que foram elaboradas as citações nas notas de rodapé, em ordem alfabética, mas sem indicar as páginas citadas.

Lista de legislação

Deverá ser incluída a relação das normas citadas (Leis, Decretos, Regulamentos, etc.), no seguinte formato: Número da norma, nome da lei e ano de sua publicação. As regras devem estar em letras maiúsculas (ex.: Lei, Decreto, Regulamento, etc.). Caso a norma seja estrangeira, o país de origem deverá ser indicado ao final, entre parênteses.

Exemplos:

- Lei nº 19.947, Institui nova lei do casamento civil, 2004.
- Lei nº 12.965, Lei de Marco Civil da Internet, 2014 (Brasil).

Lista de jurisprudência

A lista das decisões citadas deverá ser incluída no seguinte formato: Deverão indicar Tribunal ou Órgão (País de origem se a jurisprudência for estrangeira), Data da decisão ou parecer, Identificador (Diário, Função do caso ou base de dados).

Exemplos:

- Suprema Corte, 23 de setembro de 1997, R.D.J., T. 94, sec. 1 pág. 85.
- Supremo Tribunal Federal, 30 de junho de 2009, Função nº 2.665-09.
- Suprema Corte, 10 de setembro de 2013, www.legalpublishing.cl, Nº CL/JUR/2008/2013.
- Controladoria-Geral da República, 3 de maio de 2019, Parecer nº 2.361.
- Suprema Corte (Estados Unidos), 24 de fevereiro de 1803, “Marbury v/s Madison”, 1 Cranch 137; 2 L. Ed. 60; 1803.

VI.- ENVIO DE TRABALHOS

A submissão de trabalhos deverá ser feita através da plataforma de **Revistas Acadêmicas da Universidade de Concepción**, que utiliza o sistema Open Journal Systems (OJS), e cujo endereço de acesso é **revistadederecho.udec.cl**

Para enviar trabalhos, cada autor deverá registrar-se na referida plataforma, criando para o efeito uma conta de utilizador e palavra-passe; Da mesma forma, cada árbitro que participar do processo deverá seguir o mesmo procedimento. Toda a comunicação oficial relativa ao processo de avaliação deverá ser canalizada através da referida plataforma. Excepcionalmente, quando tal não for possível, será utilizada a seguinte caixa de correio eletrónico: rderecho@udec.cl.

Junto com a submissão, cada autor deverá fornecer seu código identificador digital permanente **ORCID iD**. Caso não possua um, deverá criar um para esse fim. Caso necessite de auxílio, a Revista fornecerá o guia necessário para esse processo.

VII.- PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Uma vez enviado o trabalho pela plataforma, a Revista realizará um **exame de admissibilidade** no prazo de 15 dias úteis, onde será avaliada preliminarmente a relevância e qualidade do trabalho, bem como sua adequação a estes padrões editoriais.

Uma vez admitido um trabalho, a Revista submetê-lo-á ao processo de avaliação de acordo com uma diretriz previamente estabelecida, que contempla a consideração de vários aspectos, nomeadamente:

- i. Se o trabalho se enquadrar na área das Ciências Jurídicas.
- ii. Originalidade e novidade dos temas abordados ou da abordagem proposta.
- iii. Oportunidade, atualidade e relevância jurídica do tema discutido.
- iv. Estrutura pertinente e coerente com o argumento desenvolvido.
- v. Desenvolvimento de argumentos de forma clara, completa e consistente.
- vi. Coerência entre o título e o resumo com o conteúdo do trabalho.
- vii. Clareza na ortografia e no estilo.
- viii. Relevância, qualidade e atualidade das fontes utilizadas.

Uma vez enviado o trabalho pela plataforma, a Revista realizará um exame de admissibilidade no prazo de 15 dias, onde será avaliada preliminarmente a relevância e qualidade do trabalho, bem como sua adequação a estes padrões editoriais.

Uma vez admitido um trabalho, a Revista submete-o ao processo de avaliação de acordo com uma diretriz previamente estabelecida, que contempla a consideração de vários aspectos, nomeadamente:

- i. Se o trabalho se enquadrar na área de Ciências Jurídicas.
- ii. Originalidade e novidade dos temas abordados ou da abordagem proposta.
- iii. Oportunidade, atualidade e relevância jurídica do tema discutido.
- iv. Estrutura pertinente e coerente com o argumento desenvolvido.
- v. Desenvolvimento de argumentos de forma clara, completa e consistente.
- vi. Coerência entre o título e o resumo com o conteúdo do trabalho.
- vii. Clareza na ortografia e no estilo.
- viii. Relevância, qualidade e atualidade das fontes utilizadas.

Relativamente aos Artigos de Investigação, a Direção da Revista confiará a sua avaliação a dois avaliadores externos na modalidade “duplo cego”, que arbitrarão no prazo que lhes for indicado. O editor responsável pelo artigo enviará o manuscrito anonimizado a dois pesquisadores especialistas. Levando em consideração o Formulário de Revisão de Artigos da revista, os

pareceristas determinarão se o artigo é:

- *Aceito*, sem correções
- *Aceito com sugestões* ao seu autor
- *Aceito com correções* (a serem feitas no trabalho)
- *Rejeitado*, não publicável

Cada relatório de arbitragem deverá concluir se o trabalho pode ou não ser publicado e, em caso afirmativo, se são feitas sugestões ou observações ao autor. Havendo avaliações contraditórias sobre o mesmo trabalho, este será submetido a uma terceira arbitragem. O parecer final do Comitê Editorial, informado pelas observações emitidas pelos dois ou três revisores, será definitivo.

Em relação aos Comentários de Jurisprudência e Resenhas Bibliográficas, quando admissíveis, estes serão submetidos à arbitragem.

As sugestões e observações feitas serão comunicadas ao autor, para que ele possa adaptar seu trabalho conforme apropriado, concedendo-lhe um prazo para esse fim.

A Revista poderá sempre apresentar ao autor observações adicionais sobre o seu trabalho. Da mesma forma, poderá insistir nas observações já feitas, quando se considerar que não foram devidamente atendidas, devolvendo o trabalho ao seu autor para que faça novo ajuste, no prazo indicado. Caso o artigo seja publicável com observações, o autor deverá enviar a versão corrigida para nova avaliação no prazo estabelecido no relatório de avaliação. O artigo corrigido será revisado para confirmar a incorporação das observações e assim poder proceder à publicação.

A Revista reserva-se o direito de decidir se aceita ou rejeita a publicação de uma obra e, caso aceite, decidir em que edição será publicada, devido à natureza diversa da Revista e com base em critérios de oportunidade.

A rejeição de um trabalho será sempre devidamente justificada.

Um trabalho rejeitado não poderá ser novamente submetido ao processo editorial desta revista antes de decorrido pelo menos um ano após a sua rejeição, e somente demonstrando que as observações e objeções feitas foram corrigidas no novo texto, questão que será qualificada pela a Equipe Editorial da revista.

Notificação aos autores: O autor principal será notificado do recebimento do trabalho e posteriormente do resultado da avaliação por pares para a caixa de e-mail cadastrada em nossa Plataforma OJS.

Para mais detalhes sobre o processo editorial, consulte também nossa seção [Normas Éticas](#).

VII.- POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO E REUTILIZAÇÃO

Para a versão online, a *Revista de Direito Universidad de Concepción* adota a **Licença Creative Commons 4.0** (creativecommons.org/by/4.0/) **de acesso aberto**, que autoriza qualquer pessoa a copiar, distribuir e comunicar publicamente qualquer um dos textos publicados na revista. gratuitamente, desde que citada a fonte e citada a publicação original.

Protocolo de interoperabilidade. A *Revista de Direito Universidad de Concepción* incorpora o protocolo de interoperabilidade **OAI-PMH** (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), que permite sua coleta por outros sistemas de distribuição. Seu endereço de e-mail para acessar é https://revistas.udec.cl/index.php/revista_de_derecho. Cada artigo é descrito com metatags do tipo *Dublin Core*.

IX.- POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A *Revista de Direito Universidad de Concepción* atribui um **DOI** (Digital Object Identifier) **Institucional**, que é um identificador persistente, gerenciado pela **Crossref**, que garante a identificação e evita problemas de localização devido a alterações de URL ou similares.

- **Rede de Preservação do PKP** (PN). A Rede de Preservação PKP oferece serviços gratuitos de preservação para qualquer periódico OJS que atenda aos critérios básicos. Neste sentido, visando a sua preservação digital, os artigos da Revista Jurídica da Universidade de Concepción estão arquivados em **LOCKSS** (Lots of Copies Keep Stuff Safe) e **CLOCKSS** (Controlled Lots of Copies Keep Stuff Safe), garantindo assim à revista um arquivo permanente e seguro de suas obras e publicações (https://revistas.udec.cl/index.php/revista_de_derecho/gateway/clockss).

- **LOCKSS**. O Open Journal Systems, que acolhe a Revista Jurídica da Universidade de Concepción, é compatível com o sistema LOCKSS (Lots of Copies Keep Stuff Safe), que garante à revista um arquivo permanente e seguro. LOCKSS é um programa de código aberto desenvolvido pela Biblioteca da Universidade de Stanford que permite às bibliotecas fazer a curadoria de periódicos da web selecionados, pesquisando regularmente periódicos registrados para coletar novos conteúdos publicados e arquivá-los. Cada arquivo é continuamente validado em relação aos registros de outras bibliotecas, de forma que qualquer conteúdo danificado ou perdido possa ser restaurado usando esses registros ou o próprio diário.

As edições arquivadas podem ser consultadas no **Manifesto Editorial LOCKSS** (https://revistas.udec.cl/index.php/revista_de_derecho/gateway/lockss). Desta forma, os artigos são arquivados progressivamente, garantindo assim que a informação digital armazenada pode permanecer e continuar a ser utilizada no futuro.

Preservação institucional: Todos os arquivos da Revista Jurídica da Universidade de Concepción na Plataforma de Revistas Acadêmicas são hospedados e salvos em servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação da Universidade de Concepción. (https://revistas.udec.cl/index.php/revista_de_derecho/gateway/clockss).

Indexações: A *Revista de Direito Universidad de Concepción* está indexada em: *Latindex*, Directorio 2.0 e *SciELO* Chile. Também está cadastrado na *Dialnet*.



O conteúdo da *Revista de Direito Universidad de Concepción* é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, e pode ser utilizado gratuitamente, dando crédito aos autores e à revista, nos termos desta licença.

Rev.Der.UdeC/V.2023